

Brasil chega a acordo com a família Dart

País pagou os juros atrasados na segunda-feira, e credores concordaram em retirar ação da Justiça

Adriana Chiarini

Gustavo Miranda

BRASÍLIA. A batalha judicial entre o Governo brasileiro e a bilionária família americana Dart — que tinha US\$ 1,4 bilhão em créditos da dívida externa brasileira — terminou na última segunda-feira à noite em Nova York em comum acordo entre as partes. O Brasil pagou na segunda-feira os juros atrasados; parte em dinheiro e parte em bônus do acordo de 1993 para juros atrasados, os Eligible Interest bonds (EI). A parte principal será paga até 2007 nas condições originais, acertadas em 1988. Os Dart retiraram a ação da Justiça e venderam os créditos do principal, de US\$ 1,320 bilhão a uma empresa das Ilhas Cayman, a Coutts Company Limited, subsidiária do banco inglês National Westminster.

— É com muita satisfação que vimos esta página da História do Brasil — disse o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, ao anunciar o acordo, que envolveu também o Banco do Brasil.

Brasil não conseguiu descontos da dívida com os Dart

O cansaço dos dois lados com a disputa que começou em 1992 foi fundamental para o fim da guerra entre os Dart e o Banco Central do Brasil. Aparentemente, não há vencedores ou derrotados. O Brasil não teve que pagar US\$ 1,320 bilhão da dívida principal, de uma vez só, como queriam os Dart. Por outro lado, o país também não conseguiu descontos com os Dart, ao contrário do que ocorreu no acordo da dívida externa com os bancos privados assinado em 1993.

Os Dart se recusaram a participar do acordo na época. Por ele, os credores privados trocavam seus créditos com o Brasil por bônus de vários tipos e à escolha dos bancos. Os bônus davam melhores condições para o Brasil, como desconto de 35% da dívida



GUSTAVO FRANCO, diretor de Assuntos Internacionais do BC: "Satisfação em virar uma página da História do Brasil"

(bônus de desconto) ou juros fixos (bônus ao par) com 30 anos para pagar. Em troca, o Brasil — que só pagou uma parcela nas condições do acordo anterior, conhecido como MYDFA e fechado em 1988 — estaria em condições de retomar os pagamentos com os credores privados, que tinha interrompido desde 1989. O MYDFA (Multiyear Debt Facility Agreement, sigla do acordo em inglês) previa 20 anos de prazo incluindo sete de carência e pagamentos semestrais de juros de Libor (taxa média do mercado interbancário de Londres) mais 0.8125%.

Apenas os Dart se recusaram a dar qualquer tipo de vantagem ao Brasil. A família foi para a Justiça pedir o pagamento imediato da dívida, alegando que o Brasil quebrou o contrato, uma vez que atrasara o pagamento dos juros da dívida a partir de 1989.

O contrato do MYDFA dizia que apenas a maioria dos credores poderia decidir se havia ou não quebra de contrato. Por isso, o Banco do Brasil se manteve como credor de US\$ 1,6 bilhão do MYDFA, mais que os US\$ 1,4 bilhão dos Dart, e, portanto, como credor majoritário. Graças a isso, em maio do ano passado, a Justiça americana deu ganho de causa parcial ao Brasil, decidindo que o país não precisaria pagar imediatamente o principal como exigia a família Dart. Mesmo assim, o caso continuou na Justiça até o fechamento do acordo.

Como também tinha créditos do MYDFA, o Banco do Brasil participou do acordo. O BB recebeu US\$ 196,9 milhões em EIs e US\$ 44,1 milhões em dinheiro pelos juros atrasados. O principal com o BB, de R\$ 1,439 bilhão, foi trocado por Notas do Tesouro Na-

cional, série N, que são títulos remunerados pela variação do dólar mais 6% ao ano, próxima as condições do MYDFA. Os Dart receberam US\$ 52,3 milhões em bônus e US\$ 25,3 milhões em dinheiro pelo juros atrasados.

Para fugir do Imposto de Renda dos Estados Unidos, o bilionário Ken Dart renunciou, em setembro de 1994, à cidadania americana, naturalizando-se cidadão de Belize, paraíso fiscal no Caribe.

Ano passado, ele arquitetou um novo plano para driblar o Governo americano. Belize pediu autorização a Washington para abrir um consulado na Flórida. Semanas depois de o pedido ter sido feito, o embaixador dos EUA em Belize enviou uma mensagem informando que o cônsul seria Ken Dart, cuja principal missão no país seria "cuidar das áreas de comércio e finanças". ■

UMA HISTÓRIA DE SETE ANOS

● **SETEMBRO DE 88:** Fechado o acordo de reestruturação da dívida conhecido como MYDFA, com prazo de 20 anos, incluindo sete de carência, e juros de libor mais 0,8125% ao ano pagos em parcelas semestrais.

● **MARÇO DE 89:** Único pagamento de juros sobre o MYDFA. A partir daí, o Brasil atrasa os pagamentos.

● **DEZEMBRO DE 93:** Assinatura do novo acordo de reestruturação da dívida pelo Plano Brady, que trocou os créditos do MYDFA por vários tipos de bônus, cada um com condições próprias.

● **ABRIL DE 94:** Troca dos papéis do MYDFA pelos bônus do Plano Brady, incluindo bônus dos juros atrasados entre o último pagamento em março e a data da troca, 15 de abril. Só os Dart e o Banco do Brasil não trocam seus créditos do MYDFA por bônus do Brady.

● **AGOSTO DE 94:** Os Dart entram na Justiça americana contra o Brasil alegando quebra de contrato pelo atraso dos juros e exigindo o pagamento imediato de toda a dívida de US\$ 1,4 bilhão em créditos do MYDFA com a família.

● **MAIO DE 95:** Decisão judicial dá ganho de causa parcial ao Brasil: o país não precisará acelerar o pagamento do principal da dívida com a família Dart.